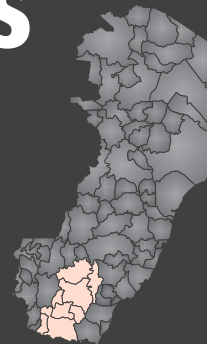


PANORAMA DAS MICRORREGIÕES CAPIXABAS



CENTRAL SUL

DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUSTENTÁVEL

Instituto Jones
dos Santos Neves



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de
Economia e Planejamento
Secretaria de Estado de Desenvolvimento



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

José Renato Casagrande

VICE-GOVERNADORIA

Jacqueline Moraes da Silva

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO – SEDES

Heber Resende

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP

Álvaro Rogério Duboc Fajardo

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

Diretor Presidente

Luiz Paulo Vellozo Lucas

Diretoria de Estudos e Pesquisas

Eduarda La Rocque

Diretoria de Integração e Projetos Especiais

Pablo Silva Lira

Coordenação Estudos Territoriais

Leticia Tabachi Silva

Equipe Técnica

Isabella Batalha Muniz Barbosa

Latussa Bianca Laranja Monteiro

Leticia Tabachi Silva

Nathália Nogarolli Bonadiman

William Joubert Ramos de Almeida

Revisão

Cynthia Lopes Pessoa de Miranda

Marianne Malini

Editoração

Arthur Ceruti Quintanilha

João Vitor André



INTRODUÇÃO



A organização do território estadual em macro e micror-regiões é uma das premissas essenciais para a construção de estratégia social inclusiva e

integradora de desenvolvimento. Entretanto, a dinâmica constante do contexto internacional, nacional e regional, exige uma releitura dos cenários e a formulação de novos objetivos, estratégias e metas, bem como uma nova visão de futuro do território do Espírito Santo. Nessa perspectiva, o conhecimento das regiões como referência prévia do planejamento faz com que a regionalização seja uma ferramenta estratégica importante e com potencial dinamizador de desenvolvimento.

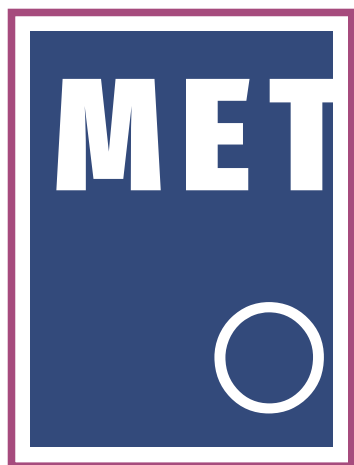
Revisando a bibliografia referente à questão da regionalização, há certo consenso de que a construção geográfica de uma região deve levar em consideração tanto as características de homogeneidade como as de heterogeneidade, ou seja, as identidades do campo geográfico devem estar associadas às atividades econômicas e respectivas interações sociais em escalas mais amplas.

Nesse viés analítico, fatores geográficos tais como fenômenos físicos, bióticos e humanos são determinantes para se

estabelecer a forma como o território será tratado. Entretanto, outras variáveis também devem integrar-se a este escopo e que comumente conjugam fatores externos.

Portanto, as novas relações de trabalho e de mercado, assim como a dinâmica das transformações socioespaciais, já evidenciam mudanças estruturais na organização territorial. Por outro lado, os processos que envolvem mudanças na produção, circulação e consumo, exigem uma maior integração e organização dos municípios de modo a alcançar maior êxito e eficiência na implementação de suas políticas públicas.

Nessa perspectiva, a regionalização deve ser entendida como um instrumento facilitador do planejamento e que deve ser sempre aperfeiçoada no tempo e no espaço, posto que está destinada a coordenar ações no território. Desse modo, o planejamento das ações deve partir do princípio que as regiões são estruturas socioespaciais ativas e dinâmicas, o que impõe constante atualização dos indicadores e estudos permanentes que devem estar associados à nova orientação política e de governança democrática para atendimento das metas de Governo.



METODOLOGIA

estudo apresenta uma breve caracterização das dez microrregiões do Espírito Santo – Metropolitana, Central Serrana, Sudoeste Serrana, Litoral Sul,

Central Sul, Caparaó, Rio Doce, Centro-Oeste, Nordeste e Noroeste - com atualização de alguns indicadores básicos e respectiva análise sintética, com a finalidade de configurar um panorama geral por região administrativa e subsidiar informações básicas para dar início ao planejamento estratégico regional de Governo. Para elaboração do panorama regional foram selecionados os seguintes dados com a finalidade de uma leitura rápida e dinâmica, a saber:

1. Área da Microrregião
2. População estimada
3. Densidade Demográfica
4. Produto Interno Bruto – PIB
5. Composição do PIB Setorial
6. Produto Interno Bruto Per Capita – PIB per capita
7. Receita Corrente Líquida Per Capita – RCL per capita
8. Índice FIRJAN de Emprego e Renda
9. Índice FIRJAN de Saúde
10. Índice FIRJAN de Educação
11. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

12. Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)
13. Abastecimento de Água – Rede Pública
14. Coleta de Lixo
15. Coleta de Esgoto

Vale ressaltar que, os indicadores utilizados no panorama das regiões, foram atualizados a partir de fontes oficiais diversas, primárias (IBGE, DATASUS, índice FIRJAN,) e secundárias (IJSN, Tribunal de Contas), com periodicidade mais recente, de modo a retratar a realidade regional de forma mais fidedigna e aproximada. Alguns dos indicadores foram desagregados ao nível do município, como por exemplo, o PIB per capita, o IFDM e a Receita Líquida per capita.

Embora existam outros indicadores importantes a serem considerados, esse Panorama das Microrregiões aqui apresentado é um ponto de partida para o levantamento de um grupo de indicadores e dados a serem selecionados e aprimorados posteriormente. Destaca-se que estas informações motivam a continuidade do levantamento e estudo microrregional, em concordância com o objetivo e percepção do contexto que será estudado.



CENTRAL SUL



ÁREA

3.732,16 km²

8,10% Território Estadual



POPULAÇÃO ESTIMADA (2018)

338.498 Habitantes

8,52% População Estadual



DENSIDADE DEMOGRÁFICA (2018)

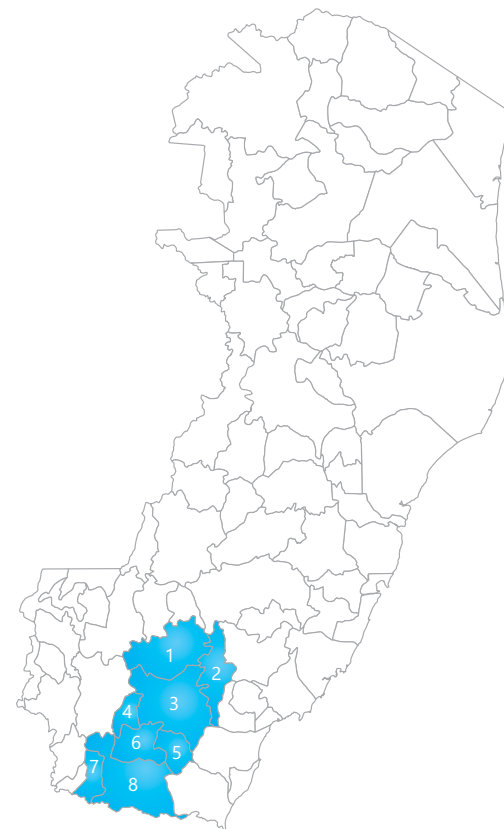
90,70 Hab./km²

86,19 Hab./km² Taxa Estadual

A microrregião Central Sul é composta por oito municípios, a saber: Castelo, Vargem Alta, Cachoeiro do Itapemirim, Jerônimo Monteiro, Muqui, Atílio Vivacqua, Apiacá e Mimoso do Sul.

A região ocupa 8,10% do território estadual e tem uma população estimada em 338.498 habitantes (IBGE, 2018), o que representa 8,52% da população total do estado. O município de Cachoeiro do Itapemirim detém quase 60% dessa população, estimada em 211.649 habitantes, com grande influência na rede de cidades do sul do estado. A sua área de influência na rede de cidades do estado extrapola a própria microrregião, chegando a atingir alguns municípios mineiros e do norte fluminense.

A densidade demográfica da microrregião é de 90,70 hab/km², portanto, uma região bastante adensada e com densidade maior que a do estado do Espírito Santo (86,19%).



- 1 Castelo
- 2 Vargem Alta
- 3 Cachoeiro do Itapemirim
- 4 Jerônimo Monteiro
- 5 Muqui
- 6 Atílio Vivacqua
- 7 Apiacá
- 8 Mimoso do Sul

 PIB da microrregião corresponde a 6,59% do PIB estadual. No tocante aos setores, destacam-se as atividades de serviços, com 63%, seguido pela indústria, com 21%, impostos líquidos de subsídios sobre produtos, com 11%, e, por fim, a agropecuária, com uma pequena participação de apenas 5%. Trata-se de uma das cadeias produtivas mais completas do Espírito Santo, inclusive com a produção de equipamentos e acessórios para a extração e o beneficiamento das rochas. O PIB per capita da microrregião Central Sul é de R\$ 20.911,80, sendo que o estado do Espírito Santo apresenta um PIB per capita de R\$ 27.487,45. O PIB per capita pode ser desagregado por município, destacando-se o município de Castelo com maior PIB entre os municípios da região, com R\$ 23.339,54, e em segundo lugar, Cachoeiro de Itapemirim, com R\$ 22.904,87. O município de Muqui apresenta o menor PIB per capita da região, com R\$ 10.783,05.



PIB

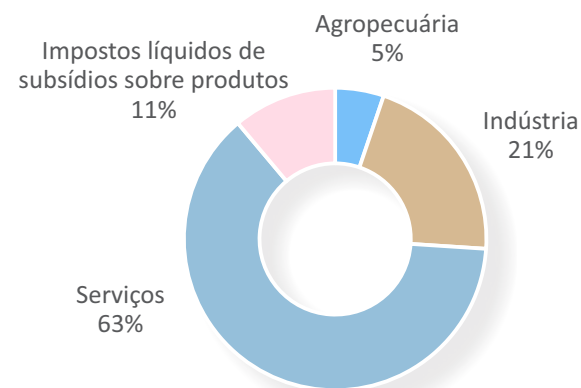
7.195,69

Milhões de Reais

6,59%

do PIB Estadual

COMPOSIÇÃO PIB SETORIAL



Fonte: IJSN e IBGE [2016]



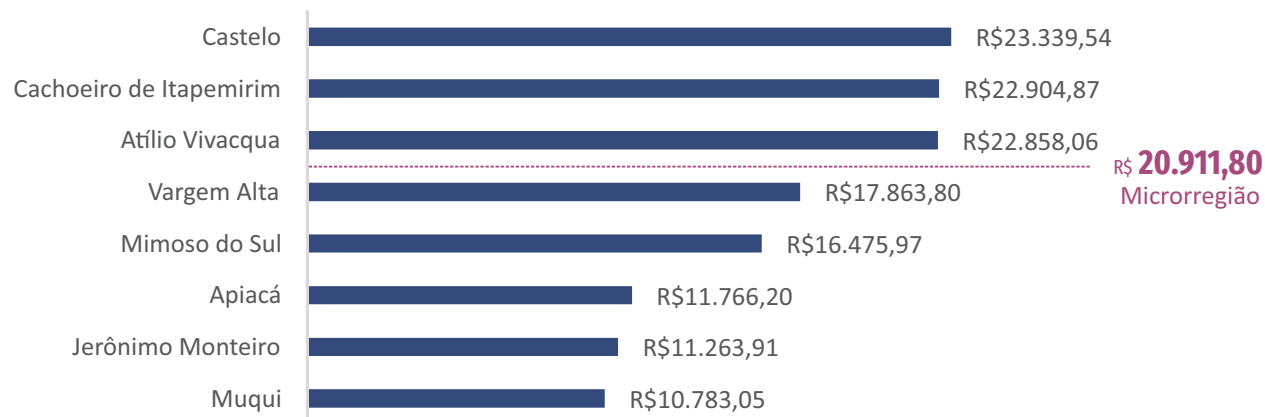
PIB *PER CAPITA*
Central Sul

R\$ 20.911,80



Espírito Santo

R\$ 27.487,45



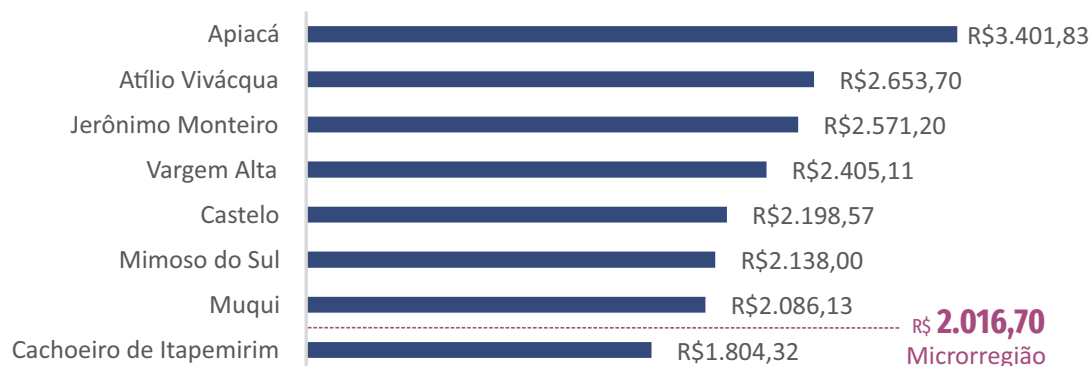
Fonte: IJSN e IBGE [2016]



Receita Corrente Líquida
Per Capita – Central Sul
R\$ 2.016,70



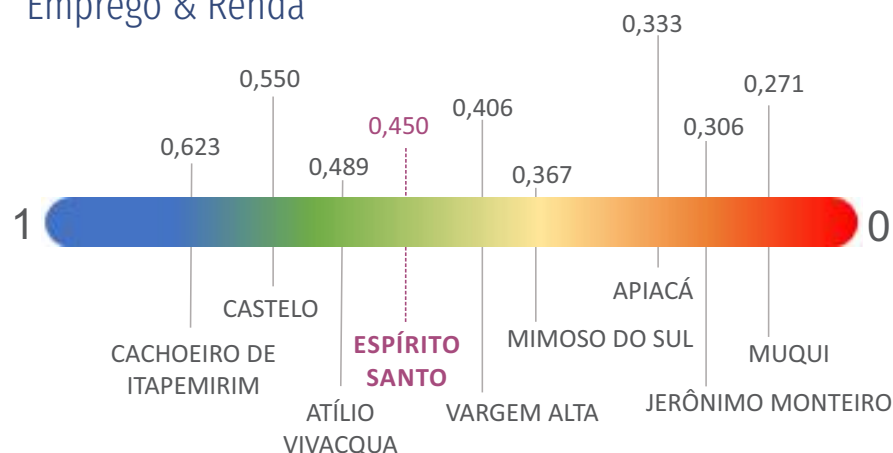
Espírito Santo
R\$ 2.524,19



Fonte: IJSN/TCE e IBGE [2017]



IFDM - Firjan
Emprego & Renda



Fonte: IPEA [2010]

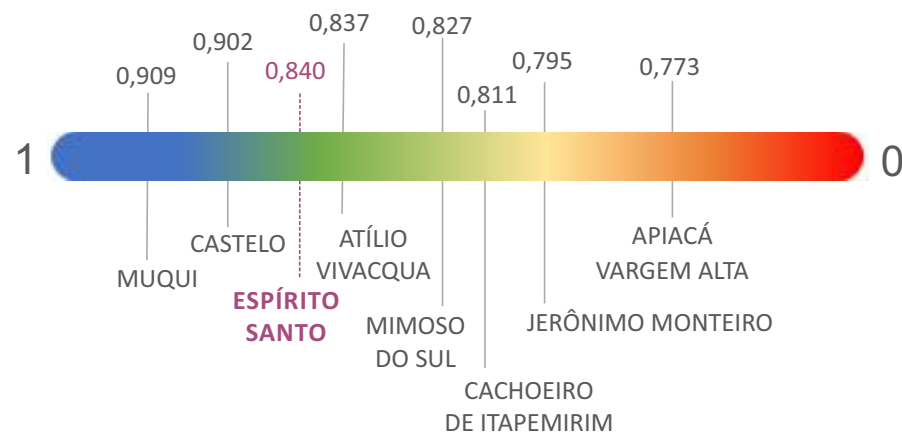
A receita líquida da microrregião Central Sul é de R\$ 2.016,70, sendo que a receita líquida do Espírito Santo é de R\$ 2.524,19. Se considerado o contexto dos municípios que compõem a microrregião, o município de Apiacá é o que apresenta a maior receita líquida per capita, com R\$ 3.401,83, seguido pelos municípios de Atílio Vivacqua (R\$ 2.653,70) e Jerônimo Monteiro (R\$ 2.571,20).

O maior Índice Firjan¹ de Emprego e Renda da microrregião é do município de Cachoeiro do Itapemirim, com 0,623, seguido pelos municípios de Castelo e Atílio Vivacqua, com 0,550 e 0,489, respectivamente. Mesmo sendo considerado um município de influência regional, Cachoeiro do Itapemirim apresenta a mais baixa receita líquida per capita da região: R\$ 1.804,32. Vale ressaltar que o município de Muqui apresenta o menor PIB per capita (R\$ 10.783,05) e o menor Índice Firjan de Emprego e Renda (0,271) dentre os municípios da microrregião Central Sul.

A maioria dos municípios da microrregião Central Sul apresenta Índice Firjan de Saúde na categoria alto desenvolvimento (de 0,8 a 1), sendo eles: Muqui (0,909), Castelo (0,902), Atílio Vivacqua (0,837), Mimoso do Sul (0,827) e Cachoeiro de Itapemirim (0,811). Os demais municípios, Jerônimo Monteiro (0,795), Apiacá (0,773) e Vargem Alta (0,773), apresentam índices moderados de desenvolvimento (de 0,6 a 0,8).

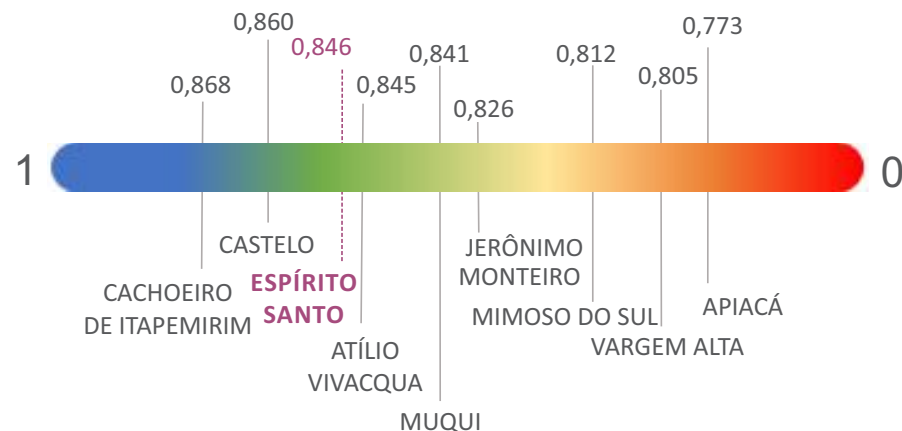
O maior Índice Firjan de Educação é do município de Cachoeiro de Itapemirim, com 0,868, seguido pelos municípios de Castelo e Atílio Vivacqua, respectivamente com 0,860 e 0,845. Os demais municípios da Central Sul também apresentam alto índice de desenvolvimento (de 0,8 a 1,0), com exceção do município de Apiacá, com índice de 0,773, considerado moderado (de 0,6 a 0,8).

ÍNDICE FIRJAN DE SAÚDE



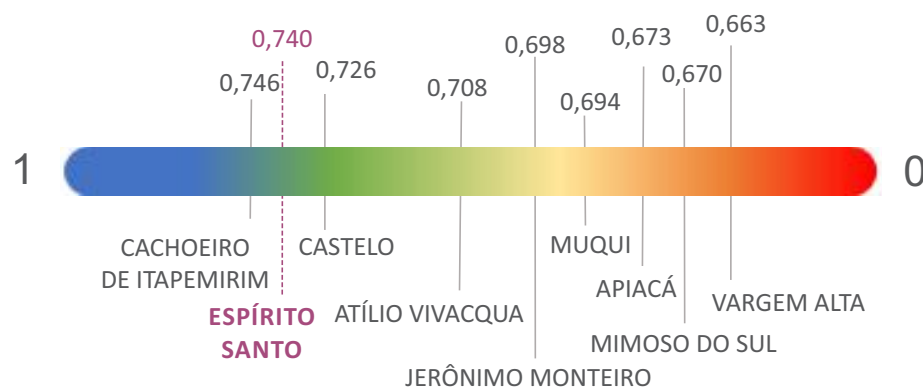
Fonte: FIRJAN [2016]

ÍNDICE FIRJAN DE EDUCAÇÃO



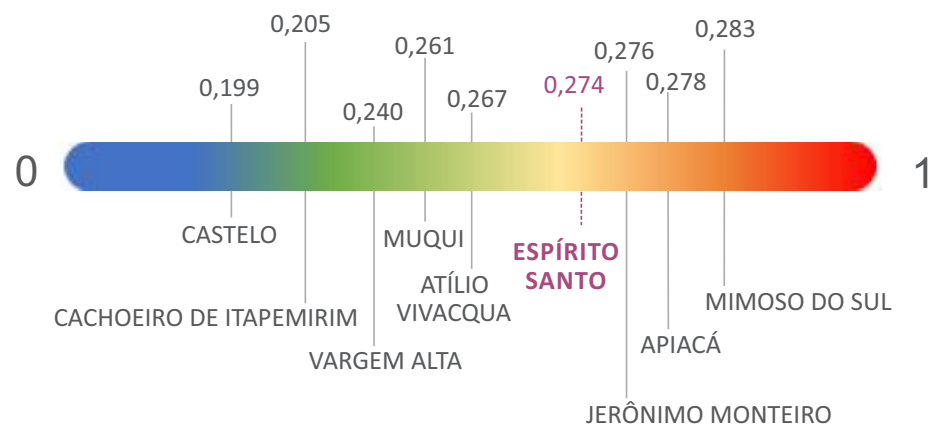
Fonte: FIRJAN [2016]

IDHM



Fonte: ATLAS BRASIL [2010]

IVS – ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL



Fonte: IPEA [2010]

○ Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)² mensura o desenvolvimento humano com base em três dimensões – longevidade, escolaridade e renda. O IDHM do Espírito Santo é de 0,740, considerado de alto desenvolvimento humano. A maior parte dos municípios que compõe a microrregião Central Sul apresenta índices próximos a 0,7, o que revela um IDHM de médio a alto desenvolvimento. O município de Cachoeiro do Itapemirim apresenta o maior IDHM da microrregião, com 0,746, seguido por Castelo e Atílio Vivacqua, com 0,726 e 0,708, respectivamente. Portanto, os três municípios são classificados como de alto desenvolvimento humano.

O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)³ é mensurado com base em três dimensões: Infraestrutura Urbana, Capital Humano e Renda e Trabalho. O indicador auxilia no enfrentamento das desigualdades e oportunidades. O Espírito Santo apresenta um IVS baixo, de 0,274, o que significa dizer que o estado apresenta baixa vulnerabilidade. Da mesma forma, todos os municípios que compõem a Central Sul apresentam IVS baixo (de 0,200 a 0,300), com índices que variam entre 0,199 a 0,283, o que indica baixa vulnerabilidade. O IVS mais baixo é o do município de Castelo, com 0,199, e o mais alto é o do município de Mimoso do Sul, com 0,283.

Quanto ao atendimento dos serviços básicos na microrregião, foram considerados três serviços básicos: abastecimento de água por rede pública, coleta de lixo e coleta de esgoto. Os serviços básicos ainda não estão universalizados na microrregião Central Sul, sendo o abastecimento de água com percentual de 78% de cobertura, a coleta de lixo com 85%, e a coleta de esgoto com 72% da microrregião atendida.

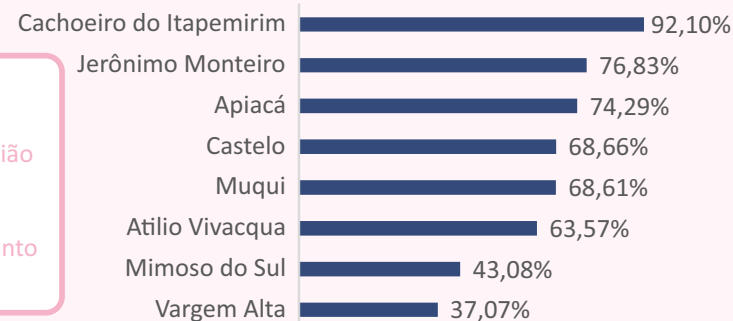
Em relação aos serviços de saneamento nos municípios, observa-se que o município de Cachoeiro de Itapemirim apresenta a maior cobertura da microrregião: abastecimento de água por rede pública, com 92,10%; coleta de lixo, com 95,07%; e coleta de esgoto, com 88,82%. Quanto aos menores percentuais de cobertura dos três serviços de saneamento, temos: Vargem Alta, com 37,07% no abastecimento de água por rede pública; Mimoso do Sul, com 44,67% na coleta de lixo; e Vargem Alta, com apenas 3,17% na coleta de esgoto.



ABASTECIMENTO DE ÁGUA REDE PÚBLICA

78%
Microrregião

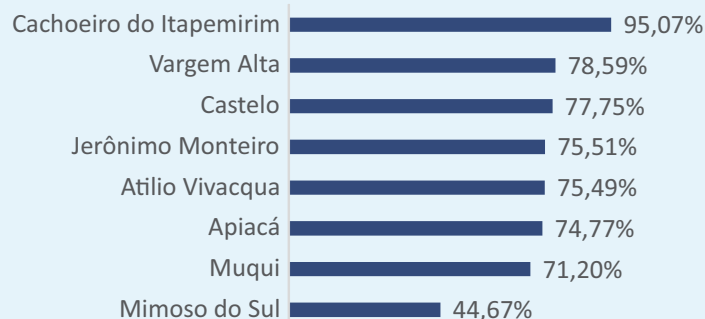
77%
Espírito Santo



COLETA DE LIXO

85%
Microrregião

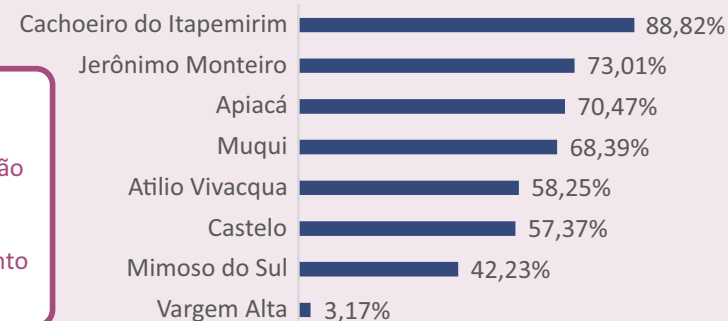
81%
Espírito Santo



COLETA DE ESGOTO

72%
Microrregião

61%
Espírito Santo



NOTAS

¹Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – é um estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & Renda, Educação e Saúde.

De leitura simples, o índice varia de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo) para classificar o nível de cada localidade em quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1) desenvolvimento. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/>.

²O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global - longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Fonte: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceito/s/o-que-e-o-idhm.html>. No IDHM, as três dimensões têm o mesmo peso, as médias são geométricas, e as faixas de desenvolvimento humano são fixas, sendo: Baixo Desenvolvimento Humano menor que 0,550, Médio entre 0,550 e 0,699, Alto entre 0,700 e 0,799 e Muito Alto Desenvolvimento Humano acima de 0,800. Fonte: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/.

³O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) é mensurado com base em três dimensões: Infraestrutura Urbana, Capital Humano, Renda e Trabalho. A dimensão **Infraestrutura Urbana** é composta por três indicadores: % de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados; % da população que vive em domicílios urbanos sem o serviço de coleta de lixo; % de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e que gastam mais de uma hora até o trabalho. Por sua vez, a dimensão **Capital Humano** é composto por oito indicadores, a saber: Mortalidade até 1 ano de idade; % de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola; % de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola; % de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos; % de mães chefes de família, sem fundamental completo e com filho menor de 15 anos de idade; Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade; % de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo; % de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (de 2010). E por fim, a dimensão **Renda e Trabalho** é composta por cinco indicadores: Proporção de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (de 2010); Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade; % de

peessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal; % de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idosos; Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade. Fonte: IPEA. *Relatório de pesquisa a nova plataforma da vulnerabilidade social: primeiros resultados do índice de vulnerabilidade social para a série histórica da Pnad (2011-2015) e desagregações por sexo, cor e situação de domicílio*. Pg.3.

Cada indicador do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) teve seu valor normatizado numa escala que varia entre 0 e 1. A classificação das faixas de vulnerabilidade são: muito baixa, de 0 a 0,200; baixa de 0,200 a 0,300; média de 0,300 a 0,400; alta de 0,400 a 0,500 e muito alta de 0,500 a 0,1. Fonte: Atlas. Disponível em <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/sobre>.

REF

ERÊNCIAS

ARRAIS, Tadeu Alencar. A cidade e a região/a cidade-região: reconhecer processos, construir políticas. Cadernos Metrópole, São Paulo, n.20, p.81- 91, 2ª sem. 2008.

ESPÍRITO SANTO (estado). Plano do Governo do Estado do Espírito Santo ES 2030. Vitória. 2011.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização, multiterritorialidade e regionalização. In: Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial. Anais da oficina sobre a política de ordenamento territorial. Brasília, Ministério da Integração Nacional, 2005.

_____. Fim dos territórios ou novas territorialidades? In: LOPES, L.; BASTOS, L. (orgs.). Identidades: recortes multi e interdisciplinares. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

_____. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: Castro, I. et al. (orgs). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Nota técnica: memória dos dados e metodologia para o panorama das microrregiões do Espírito Santo. Vitória. 2019.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do séc. XXI. 7.ed. Rio de Janeiro. Record, 2005

SOUZA, Marcelo Lopes. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

**Instituto Jones
dos Santos Neves**



**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**
*Secretaria de Estado de
Economia e Planejamento*
Secretaria de Estado de Desenvolvimento

